

PERSPECTIVAS PASTORAIS EM VISTA DO TERCEIRO MILÊNIO

Pe. Paulo Suess

A pastoral enquanto teologia prática, visa uma presença sensível e lúcida no meio dos povos e grupos sociais. Mas a pastoral aponta, também, a partir de uma leitura contextualizada do Evangelho, para caminhos de vida e perspectivas de esperança. A amplitude do horizonte “Terceiro Milênio” e a indefinição dos protagonistas dificultam a abordagem do tema que me foi proposto¹. “Perspectivas Pastorais” existem a partir de determinados atores e cenários sócio-culturais. A prática pastoral exige a proximidade aos cenários e o corpo-a-corpo junto aos atores, enquanto protagonistas sociais (I).

Num segundo passo lembro, a partir de hipotecas históricas, a fragilidade do discurso milenarista. Não podemos descartar a possibilidade de que a bandeira do Terceiro Milênio reanima fantasmas apocalípticos existentes no imaginário colonial, desprezando o árduo trabalho da organização histórica da esperança (II). Em seguida, contextualizo perspectivas pastorais num horizonte crítico frente ao paradigma do “Reino” e

proponho, heurísticamente, fazer a leitura do Reino em chave de “Democracia participativa de Deus” (III).

Como os israelitas despojaram os egípcios de seus objetos de prata e de ouro (Ex 12,35s), assim também a pastoral popular pode apropriar-se de instrumentos e aprendizados da globalização para uma evangelização sem fronteiras. Não se trata, neste caso, de uma “inculturação” na modernidade globalizada, mas de um “aproveitamento” de elementos da modernidade para a pastoral pensar-se a si própria (IV).

Num quinto passo, começo a delinear alguns horizontes pastorais, matutando ao pé da árvore da vida. A partir de “palavras da época” como globalização, racionalização, privatização, exclusão, mobilidade, subjetividade e autonomia, aponto para alguns núcleos de revisão e previsão pastoral em torno de participação, partilha, protagonismo e missionariedade macroecumênica (V). Finalizo o texto com dez “lembretes” que podem ser guardados como vade-mécum, junto com a carteira de identidade (VI).

¹ Palestra proferida na Semana Teológica do Instituto Teológico Pio XI, São Paulo [5.9.96]. A *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) concordou gentilmente com a publicação simultânea deste texto em nossa *Revista de Cultura Teológica*.

I. CENÁRIOS

A presença contextual nos mais diferentes cenários humanos, onde já repercutem os grandes desafios do século XXI e o horizonte universal de saídas que precisam ser historicamente conquistadas marcam, hoje, a tensa geografia pastoral. Entre estes grandes desafios nos quais se entrelaçam causas e efeitos, haveremos de elencar a disparidade social (assimetria sócio-cultural da mulher; as questões de trabalho, reforma agrária, migração, violência), a explosão demográfica (1930: 2 bilhões; 1990: 5 bilhões; 2050: 10 bilhões), a destruição do meio ambiente (efeito estufa, desmatamento florestal, poluição dos rios e do ar; camada de ozônio) e a inadequação política do Estado Nacional para disciplinar o cosmopolitismo econômico em benefício de economias caseiras ou de microempresas.

Neste jogo de forças, a revolução tecnológica, a comunicação globalizada e o próprio poder legislativo estão sendo - em última instância - cooptados pelo poder econômico transnacional. O Estado Nacional não prioriza a questão social e, em vez de dar impulsos, faz remendos desequilibrados nas questões da proteção ecológica, do crescimento econômico, da inovação

tecnológica e da redistribuição da renda e do trabalho. O historiador Paul Kennedy afirma que frente às megatransformações deste final de século, somente uma “nova educação” da humanidade garante vencer a corrida contra a catástrofe global².

A pastoral está nesta corrida educacional junto com outros setores da sociedade civil. “Nova educação” e “Nova Evangelização” têm pontos convergentes ao lutar por relações sócio-culturalmente simétricas, ao propor uma ética prática de justiça e solidariedade, ao defender o aperfeiçoamento democrático e ao empenhar-se no esclarecimento contra tendências fundamentalistas, racistas e sócio-ecologicamente destrutivas em nossa sociedade. Discursos e práticas locais não são isentos frente à destrutividade global. Mas a pastoral pode, cabalmente, explicar que o sofrimento causado pela indiferença destrutiva do mercado, transnacionalmente descontrolado, não é fatal, mas histórica. Nesta presença pedagógica, a prática pastoral convive com o sofrimento e se mostra, a partir do Evangelho e com honestidade antropológica e lealdade eclesial, uma força inspiradora e renovadora da sociedade e da própria Igreja.

Num mundo de grandes diversidades e de mudanças rápidas não dispomos de meta, perspectivas para

as diferentes pastorais. O mapeamento das práticas pastorais mostra três cenários elementares: o cenário da *continuidade* tradicionalista, o da *reforma* modernizante e o da *transformação* protagonizado nas pastorais populares, ou a partir das paróquias ou com autonomia paroquial. Depois da queda do muro de Berlim não ocorreu uma modificação substancial deste mapa pastoral, embora tenha havido migrações da clientela de um cenário para o outro. Escolho como pano de fundo para as minhas reflexões, o terceiro cenário que, no dizer de D. Angélico Sândalo, pretende “recriar e revolucionar, nossa pastoral em atitudes de verdadeira encarnação, olhando para o futuro com esperança e o presente sem temores”³ e, eu acrescentaria, para o passado com responsabilidade e sem compulsão apologética.

No chão da realidade social encontramos cenários de extrema pobreza e de exclusão, de migração e de violência, de luta pela terra, pelo trabalho, pela moradia e pela cidadania. Esta realidade não representa o Brasil arcaico frente ao Brasil

moderno. Ela é o outro lado, o lado perverso do Brasil que confunde, por vezes, sua “modernização” com a modernidade. Da modernidade mutilada este Brasil recebeu as radiações da racionalidade instrumental, do individualismo socialmente descompromissado com os outros, do universalismo centralizador e autoritário e do relativismo de uma ética utilitarista. Os cenários de degradação social estão relacionados a cenários de apropriação hegemônica da palavra, de injusta distribuição dos bens e, sobretudo, à inércia do Estado frente a pressões políticas e estruturas econômicas⁴.

No meio das contingências e imposições de um quadro socialmente crítico, a pastoral procura colaborar na busca de saídas históricas dos diferentes grupos sociais cujos projetos de vida foram fragmentados. *Saídas* supõem *entradas*. A porta da vida, da libertação e do sentido são portas que se abrem de dentro para fora. O adentrar-nos nestes diferentes cenários populares tem muitos nomes: marcar presença, acompanhamento, inserção, encarnação,

2 Cf. Paul Kennedy, *Preparando para o século XXI*, Rio de Janeiro, Campus, 1993, p. 344.

3 D. Angélico Sândalo Bernardino, O bispo na pastoral urbana, in: *Vida Pastoral* XXXI/153 (julho-agosto 1990): 15-18, aqui 15.

4 Segundo o “Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1996” do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD (Banco Mundial), num conjunto de 65 países, o Brasil mostra a pior distribuição de renda. E, de acordo com uma pesquisa do IPEA, de 1995, os 50% mais pobres da população brasileira detinham 11,6% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos viviam de 63,3% desta renda [Folha de S. Paulo, 9.7.96].

inculturação. O pressuposto essencial para todas as nossas propostas e respostas, para todos os desafios pastorais do Terceiro Milênio é a presença, a proximidade, o corpo-a-corpo junto aos outros-pobres para que estes se constituam protagonistas de pastoral e nossos evangelizadores. A meta pastoral do Terceiro Milênio, portanto, não é somente que os pobres sejam evangelizados, mas que se tornem evangelizadores e protagonistas de sua “promoção” sócio-política. O protagonismo dos pobres, que são a maioria da humanidade, aponta para uma democracia dos pobres, onde estes se representam e realmente participam.

II. EXPECTATIVA MILENARISTA

Ao preparar o ano dois mil como ano jubilar da Encarnação do Verbo, no Brasil lembramos os 500 anos que passaram desde o início da evangelização. Esta evangelização foi, segundo o documento da CNBB “Rumo ao Novo Milênio”, atrelada à colonização, “acompanhada pela injustiça e por ações anti-evangélicas, que deturpam gravemente o Ocidente”⁵. Hoje, a Igreja dos dois

mil anos deve lembrar-se da Igreja dos quinhentos anos e partilhar com ela não só a glória de poder inaugurar o Terceiro Milênio da evangelização, mas também a dor que causaram “batizados que não viveram sua fé” (*Santo Domingo* 20).

Nas Américas, o discurso do Terceiro Milênio não é novo. Na esteira da influência de Joaquim de Fiore, os primeiros missionários franciscanos que vieram ao México devastado pela conquista, já alimentavam a esperança de serem testemunhas do Terceiro Milênio. A história, segundo Joaquim de Fiore, desenvolve-se em três grandes períodos. O primeiro período é o milênio do Antigo Testamento, sob a regência de Deus Pai. Segue depois o segundo milênio, o tempo do Novo Testamento, o tempo da Igreja secular e dos sacerdotes, sob a égide de Cristo até o século XIII. O último tempo é o da “compreensão espiritual”; é o tempo da Igreja espiritual, guiada pelo Espírito Santo que atua através dos religiosos⁶. Este tempo será o Terceiro Milênio que será um reinado monástico do “Evangelho eterno”, da caridade pura e da comunhão dos bens. A nova Jerusalém

será construída pelos pobres⁷. Esta mística moveu os primeiros franciscanos, na sua maioria provenientes da província de San Gabriel de Estremadura, recém-reformada sob a influência joaquinita milenarista.

Para os franciscanos, os índios eram as pessoas escolhidas pela providência de Deus para a instauração do Terceiro Milênio. “Estes índios quase não têm estorvo que os impede para ganhar o céu”⁸. A “emergência histórica e salvífica” e a “bondade e maleabilidade natural” dos índios fizeram os franciscanos optarem pelo batismo de massas. Frei Motolinía calcula que, até 1536, houve cinco milhões de batizados⁹. O discurso do Terceiro Milênio produziu a inclusão dos colonizados no imaginário do colonizador. Os índios confirmaram os “fantasmas” existentes no imaginário dos frades, ou para o lado do bem (o índio “puro”) ou para o lado do mal (demonização da realidade indígena). As imagens do “visitador” transformam a realidade visitada.

Como equívocos do discurso do Terceiro Milênio, que no decorrer da história se repete em movimentos messiânicos de cunho político-religioso, podemos apontar:

- a saída da história, de uma certa maneira correspondendo ao “fim da história” de Fukuyama, que é uma história programada e, portanto, calculável;

- o Terceiro Milênio se realiza através de um providencialismo e pentecostalismo fundamentalista;

- as mediações históricas da organização da luta pela justiça são desprezadas em benefício de um personagem autoritário, o *dux* (o *duce*, o *Führer*) que no Brasil é, às vezes, é um *beato-monge* (Canudos, Contestado) ou um *padre* (Juazeiro). Este inicia o Terceiro Milênio. Os franciscanos reconhecem as “falhas” de Cortez, mas o consideram um instrumento providencial;

- o autoritarismo do *dux* é suavizado, porém não abolido, no paternalista dos frades: o *frater* (irmão) se torna *pater* (pai, padre).

No Brasil tivemos movimentos messiânicos entre os índios tupi-guarani e entre camponeses. O “êxodo”, a “guerra santa”, um líder carismático e milagreiro, a crença na intervenção divina iminente e a fundação da “cidade santa” (ou a busca da “terra sem males”) são fenôme-

5 CNBB, *Rumo ao novo milênio*. Projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000. São Paulo, Paulinas [Documentos da CNBB, 56], 1996, n. 36, tb. 34s.

6 O *Liber Concordia Novi ac Veteris Testamenti*, de J. de Fiore, foi publicado em 1519, pouco antes da conquista do império asteca por Cortez.

7 Cf. P. Suess, A evangelização dos povos indígenas: acenos históricos e desafios atuais, in: *Convergência* XXIII/211 (abril 1988):176-193, aqui 181s.

8 Fray Toribio de Motolinía, *Historia de los indios de la Nueva España*, México, Porrúa, 1984, trat. I, cap. 14.

9 Cf. *ibid.*, trat. II, cap. 3.

nos constantes nestes movimentos¹⁰. Alguns dos perigos milenaristas estão fazendo, também hoje, a ronda em torno dos nossos centros pastorais: uma determinada corrente do pentecostalismo, o espiritualismo da Nova Era sem mediações históricas, o autoritarismo centralizador, o paternalismo com a correspondente infantilização do outro.

A valorização dos pobres como destinatários do Terceiro Milênio, o espírito “comunitarista” e o questionamento das estruturas da Igreja e do Estado parecem, à primeira vista, propostas interessantes para um “projeto popular”. Historicamente, todos os movimentos milenaristas fracassaram. Na realidade, são expressão do mesmo equívoco da “saída da história”,

- que não aceita o destinatário do Terceiro Milênio como seu protagonista adulto;

- que luta com um olhar retrógrado sobre a história contra a modernidade, sem aproveitamento para “cobrar” as conquistas da modernidade - autodeterminação, participação, direitos garantidos na Constituição, subjetividade responsável - para o “movimento”;

- que visa um comunitarismo sem participação da comunidade e sem permitir discordâncias;

- que pretende, aparentemente, abolir as estruturas hierárquicas da Igreja e as autoritárias do Estado mas, na realidade, as substitui por estruturas de lealdade patriarcal em “ilhas de salvação”.

O grande equívoco dos primeiros evangelizadores deste continente foi pensar que seria tanto histórica quanto politicamente falando, realizar um projeto evangélico em “ilhas de salvação” - em reduções e paróquias administradas como “Cidades Santas” - no meio do mar tempestuoso da colonização. Um Terceiro Milênio só para índios pobres parece simpático. Na realidade, produziria apenas uma exclusão às avessas, sem libertação para os demais. A causa contestada e a vida mutilada dos pobres, dos excluídos e dos outros é sempre um indicador que o conjunto todo das relações sociais precisa ser mudado.

III. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A relevância do Evangelho para a reconstrução do conjunto das relações sócio-ecológicas e salvíficas da humanidade convencionamos condensar no paradigma do Reino de Deus. A meta do Povo de Deus, enquanto Igreja e humanidade, é o Reino de justiça e solidariedade, de

auto-realização na inteireza individual e coletiva do ser, de misericórdia e paz. A palavra “Reino”, é claro, não tem apenas este sentido teológico de uma escatologia condensada. Carrega também uma conotação sociológica e histórica. O “Reino” lembra, em nosso imaginário, relações patriarcais e feudais de poder, relações assimétricas e, portanto, inadequadas para promover diálogo, participação e protagonismo. No mundo moderno, onde a soberania é uma conquista constitucional do povo, a figura do “rei” (algo semelhante vale para a figura do “pai”), mesmo na personificação mais pura ou arquetípica que podemos imaginar, está irremediavelmente vinculada à pré-modernidade e suas formas de tutela política. As conquistas da modernidade - autonomia, subjetividade, democracia, liberdade, igualdade e solidariedade -, não as delegamos nem ao “rei” nem ao “pai”. Pertencer ao “povo de Deus” exige de cada um e do conjunto todo, ser *adulto e responsável*, diante de Deus e da humanidade.

Num esforço sempre precário de contextualização histórica, podemos caracterizar a meta do Povo de Deus no paradigma da “Democracia participativa de Deus”. “Democracia participativa de Deus” pode significar uma nova forma de “parceria” e “Aliança” entre Deus e a humanidade. Nesta Aliança é respeitada e estimulada a “autonomia das realida-

des terrestres” (*Gaudium et Spes* 36) e da humanidade e, ao mesmo tempo, Deus não se tornará o grande excluído deste mundo. A “Democracia participativa de Deus” indica a possibilidade de um equilíbrio entre “autonomia” e “parceria”, entre “criatura adulta” e “criador sábio”. Por ser “participativa”, relativiza as mediações e os mediadores “representativos”, embora, nas condições históricas em que vivemos, sejam ainda indispensáveis. Na “Democracia participativa de Deus” não há exclusão, nem representação por outrem; não há súditos, nem adultos tutelados.

Segundo a nossa fé, Deus nos confiou este mundo como a administradores, não para construirmos torres modernas de Babel, torres de hegemonia comunicativa que sufocam a comunicação por versões filtradas de informação, nem torres pós-modernas de marfim e de incomunicação, mas redes de comunidades que partilham a palavra e os bens. Esta comunicação diferenciada e transparente que supera os esquemas maniqueístas do sim/não, branco/preto, verdade/mentira, inclui sempre o “terceiro” como possibilidade mediadora e necessidade complementar. Na dialética da autonomia das realidades terrestres só conseguiremos superar as aporias, tornando Deus o terceiro incluído.

A exclusão silenciosa de Deus deste mundo, sua degradação à insignificância social e a substituição

10 Cf. P. Suess, *Catolicismo popular no Brasil*, São Paulo, Loyola, 1979, em particular o cap. “O messianismo como forma particular sócio-religiosa do catolicismo popular: a religião como última saída”, p. 62-69.

de sua Lei do amor pela lei do mercado parecem a vingança tardia pela expulsão da humanidade do paraíso. Esta exclusão de Deus reflete-se na dissolução dos laços de lealdade, responsabilidade e solidariedade sociais pela "livre concorrência" e pela competitividade total no mercado. A exclusão de Deus é a causa profunda da exclusão social. Se não relacionamos os dois excluídos, Deus e os pobres, e não combatemos as "duas" exclusões, somos como sanitaristas que combatem apenas bactérias, sem cuidar da imunidade das pessoas. "Cuidar da imunidade" significa, para nós, cuidar dos pressupostos éticos do bem comum, e reconhecer os limites do discurso meramente antropológico e conceitual-científico, incapaz de sozinho decifrar os enigmas da realidade humana.

A exclusão de Deus tem uma incidência muito concreta sobre a vida humana, como também a exclusão social determina a "imagem de Deus". A resposta pastoral à exclusão cuida, *teologicamente*, da ecologia humana, como trata a exclusão de Deus *antropologicamente*. A articulação destes dois níveis - do "religioso" com o "social" - exige propostas além de um "tratamento sintomatológico" de remédios caritativos ou devocionais. O culto a Deus que se esquece dos excluídos trata Deus como um "sintoma", socialmente não relevante, e não como "causa". A pastoral em defesa da

vida envolve a imagem de Deus, já que todo ser humano é criatura a sua imagem. A luta pela VIDA é a luta por algo absoluto, universal e urgente. A construção da "Democracia participativa de Deus", enquanto luta pela inteireza da vida, tem prioridade absoluta em todas as atividades pastorais. Todas as estruturas pastorais, devem, portanto, ser permanentemente avaliadas no que se refere ao fato de estarem a serviço da "Democracia participativa de Deus", a serviço da parceria adulta entre Deus e a humanidade, ou a serviço da exclusão.

A perversidade da exclusão está no seu caráter sistêmico. O indivíduo que se recusa a participar da lei da "livre concorrência" é imediatamente descartado. Esta lógica paralisa resistências ao "jogo sistêmico". Reverter o quadro da exclusão sistêmica não significa, simplesmente, "inclusão". Na exclusão, como no exílio, o Povo de Deus aprendeu o suficiente para não querer a mera restauração daquilo que antes parecia ser desejável. O caráter sistêmico da exclusão não dispensa a responsabilidade dos excluídos, tanto na gênese do fenômeno, como na sua superação. Ninguém é somente vítima de opressão sem ser, ao mesmo tempo, aprendiz de liberdade e autocrítico convertido. Não se alimenta o protagonismo histórico dos pobres/excluídos e dos outros com projeções "vitimistas", com fatalismo

e sem autocrítica. Tudo que foi historicamente construído é falho, passível de destruição e reconstrução.

A afirmação de que os pobres ainda não mostraram toda a força que têm, faz parte do anúncio crítico da Boa Nova. Existem saídas da exclusão e do exílio; saídas para o reordenamento de uma geografia mundial de convivência na partilha, na solidariedade e na diversidade respeitada. E a caravana popular já saiu dos becos da exclusão, dos guetos racistas e das torres machistas que pareciam não ter saídas. Faço esta leitura da realidade social a partir da "parceria" entre Deus e os pobres. Com a encarnação do filho de Deus e seu anúncio do ano jubilar como ano de graça aos pobres, na sinagoga de Nazaré, mudou-se a razão social da história (cf. Lc 4,18,s). A história é a história dos outros-pobres. E toda história humana se tornou história de salvação. A verdadeira história não é a história linear dos vencedores que descartam os socialmente vencidos como destroem a natureza, nem a história meramente circular do eterno retorno, da "segunda época" salvífica na reencarnação, mas da história, onde o passado e o futuro são assumidos num hoje condensado, onde as vítimas de ontem são carregadas nos ombros da memória de um presente denso da experiência pascal de cada dia. O anúncio e o advento da "Democracia participativa de Deus" co-

locam as comunidades em estado de *penitência, de responsabilidade adulta, de vigília pascal e de missão*.

IV. SERVIÇO E LIDERANÇA

No final do século XX, o mundo nos confronta com o paradigma da globalização que nos faz pensar em mercados e capitais, em meios de comunicação e tecnologias. O mundo globalizado parece ser o mundo da concorrência total, sem lealdades sociais, étnicas e nacionais. A leitura pastoral da globalização vacila. Uns a consideram um "modismo", outros uma "estrutura de pecado", ainda outros um "sinal de Deus" no tempo.

A globalização, enquanto fenômeno civilizatório no final deste século, não é intrinsecamente perversa. Também a solidariedade e a missionariedade evangélicas se exercem num mundo "virtualmente" globalizado. Como os israelitas despojaram os egípcios de seus objetos de prata e de ouro (Ex 12,35s), como os Santos Padres se aproveitaram da filosofia grega para explicar os mistérios de Deus aos seus contemporâneos, assim também a pastoral pode apropriar-se de instrumentos desta globalização para uma evangelização sem fronteiras. Não se trata, neste caso, de uma "inculturação" na modernidade globalizada, mas de um "aproveitamento cultural" da globalização e, quem sabe, da "recepção" de um sinal de Deus atra-

vés do mundo de hoje¹¹. Ambas as perspectivas, a inculturação microestrutural nos diferentes grupos sociais e o discernimento macroestrutural das “tendências”, seguido pela apropriação seletiva de “conquistas civilizatórias” da humanidade, nos fazem verdadeiramente contemporâneos. Não podemos pensar, corretamente, a pastoral para o século XXI, sem nos confrontar com estes dois desafios.

No mundo da produção e do mercado globalizados, a *qualidade* se tornou uma questão chave. A concorrência neste mundo sem fronteiras visa lucros e exige a competitividade da qualidade dos produtos. A produção da “qualidade total” forjou um novo paradigma de liderança partilhada e descentralizada¹². Tanto o aprimoramento da qualidade do serviço orientado para as pessoas, como o da liderança partilhada são de interesse imediato para o trabalho pastoral. O gerenciamento moderno de uma organiza-

ção visa, primordialmente, o atendimento de necessidades das pessoas. Até certos slogans de marketing operam dentro de um imaginário pastoral e missionário. O lema das CASAS BAHIA - “dedicação total a você” - honraria qualquer instituição da Igreja no seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido¹³.

O “Gerenciamento da Qualidade Total” (GQT) é a busca constante do atendimento das necessidades de todas as pessoas, cada vez melhor, de modo mais rápido, com menor custo e de maneira mais simples, por todos os que trabalham no respectivo estabelecimento. Além disso, o trabalho pastoral não suporta um “funcionalismo descompromissado”, como tampouco suporta pessoas militantes ou identificadas com o respectivo objetivo pastoral, sem preparação humana e técnica para o cargo que exercem. Militância e competência, mística e ação, idealismo e profissionalismo, para todas as pes-

soas em qualquer instância pastoral, são complementares e indispensáveis. A pastoral visa não somente um “visitante” enquanto “consumidor”, mas como protagonista. O visitante de hoje é um virtual militante de amanhã.

O mundo vive, hoje, o impacto de grandes mudança de produção econômica e reprodução cultural. Aderir ao GQT exige mudanças de atitudes, hábitos e modos de pensar antes de adotar novos métodos, técnicas ou ferramentas. O GQT visa que cada profissional se transforme de “executor de tarefas” em “gerente de um processo”. Todos que colaboram com tempo integral ou parcial nas diferentes pastorais são participantes decisivos deste “processo pastoral”. Cada um é responsável pelo resultado do seu trabalho. O novo paradigma de liderança aponta para o colaborador responsável, sem tutela. A liderança eficaz é a liderança partilhada em todos os níveis e a todo momento. A delegação libera o potencial humano e enriquece os processos com/a participação e a diversidade. A diversidade dos pontos de vista estimula criatividade e inovação. Isso exige uma redução de hierarquias de trabalho, descentralização da liderança e delegação de tarefas.

Frente a um problema, há necessidade de se procurar “causas” e não “culpados”. É fundamental que todas as pessoas da instituição se tornem - através de um treinamento

constante - aptas na identificação e solução de problemas. O problema representa uma possibilidade de fazer um salto qualitativo. A meta alcançada faz emergir metas maiores. O Evangelho não permite contentar-se com pouco; visa a libertação de todos os povos, a fatura de todas as mesas, a derrubada de todas as fronteiras. A universalidade da mensagem evangélica não aponta para qualquer tipo de hegemonia, mas para que ninguém seja excluído da justiça de Deus e da solidariedade humana.

O GQT é a gerência exercida por todas as pessoas, de todos os níveis hierárquicos e de todos os setores, visando o atendimento das “necessidades” daqueles a quem se destina a instituição (migrantes, doentes, sem-terra, alunos). Num conflito entre as necessidades dos quadros internos da instituição (família, oração, lazer) e dos “clientes” (pobres, índios), entre o bem-estar integral dos protagonistas e o atendimento ao povo - a comunidade de trabalho pastoral deve-se pronunciar sobre as prioridades. Entre a “celebração da subjetividade” e a “cobrança do sacrifício” há de prevalecer o bom senso.

A “qualidade total” visa serviço integral. Este serviço, nas empresas, está direcionado ao lucro; nas pastorais pretende gerar vida. Os protagonistas de pastoral vivem o serviço da “qualidade total” na doação gratuita, segundo a inspiração

11 Distinguímos “civilização” de “cultura”. Ao contrário da cultura, a civilização, não confere identidade a um determinado grupo social. Isso nos permite distinguir “inculturação” no mundo microestrutural de “empréstimos civilizatórios” de um “mercado cultural” globalizado. Já que escrevi sobre inculturação em outros lugares (cf. P. Suess, *Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros*, São Paulo, Paulus, 1995), posso aqui me limitar a alguns “empréstimos civilizatórios” a partir do paradigma da “Qualidade Total”.

12 Cf. para o seguinte: V.V.A.A., *Implantação da qualidade total na educação*, Belo Horizonte, Fundação Christiano Ottoni/Univ. Federal de MG, 1995.

13 A revista *Concilium* (218/4 - 1988) dedicou um número de “Teologia prática” ao tema: “Diaconia: Igreja a serviço dos outros”.

evangélica. “Têm coisas que só a paróquia faz”, poder-se-ia “adaptar” a propaganda da Philco. Neste contexto “qualidade total” significa “vigília pascal”, permanente a serviço dos mais pobres e excluídos, até as últimas conseqüências. O slogan do Citibank: “the Citi never sleeps” [o Citi é como a City, a cidade: nunca dorme], para nós poderia adquirir o significado da vigilância e prontidão a serviço dos outros. O pobre é sempre esperado, o outro sempre bem recebido. Mas “qualidade total” pode também significar serviço integral, atento para o lado físico da pessoa e dos grupos sociais, para o seu lado espiritual, mental e emocional.

Para atender a estas novas exigências de uma *diaconia qualificada*, precisamos preparar novas lideranças e reeducar-nos a nós mesmos. As hierarquias organizacionais, em geral, são monoculturais e obstaculizam o fluxo de informação, cooperação, comunicação e participação. Informações seletivas (entre os de cima e de baixo, de dentro e de fora) geram um clima de desconfiança e de alinhamento ideológico, meramente formal. A desconfiança entre os “feudos institucionais” aumenta o custo operacional. Gasta com “politicagem” a energia que deveria ser empregada na inovação criativa e na atuação participativa em torno de objetivos partilhados. Muitas atividades institucionais (reuniões sem pauta, relatórios “urgentes”) são

desnecessárias, porque não contribuem para aumentar a qualidade de serviço em torno de prioridades estabelecidas.

A formação de lideranças é uma tarefa de transformação cultural de mentalidades subalternas e práticas patriarcais. A gerontocracia estrutural na Igreja é um dado cultural na contramão do mundo complexo de hoje. Novas lideranças “adultas” virão do mundo leigo, sobretudo dos jovens, das mulheres e dos pobres. Também a “recepção” destas lideranças exige profundas transformações culturais. Os investimentos na formação permanente dos quadros “profissionais” têm um retorno imediato. No Japão, existem empresas que durante uma jornada de trabalho param periodicamente as atividades profissionais para que os operários se dediquem a exercícios que são, ao mesmo tempo, meditativos e esportivos. Assim, conseguiram significativamente, melhorar o clima e a produtividade do trabalho. Certamente, não preconizam um capitalismo *zen*, sem a mola-mestra do lucro. A experiência, porém, nos lembra que a produtividade das nossas “correrias apostólicas” depende de nosso *exercício diário* de enraizamento na “cruz” e na “verdadeira alegria”. A mística da experiência pascal é *nos*sa força; seu testemunho, nossa primeira mensagem.

V. HORIZONTES

A vizinhança global vivida nos diferentes contextos pastorais nos confronta diariamente com abismos que nos separam enquanto nações, culturas, classes sociais e gênero. O vocabulário mais usado no final deste século consta de poucas palavras: globalização, modernização, racionalização (o desemprego torna-se “enxugamento da máquina”), privatização, pauperização, exclusão, violência, pluralismo, mobilidade, individualismo, autonomia. Para a maior parte da humanidade, muitas destas “palavras da época” significam flagelos diários disfarçados com “razões” que procuram convencer as vítimas de que seu sofrimento é transitariamente necessário. O sofrimento representaria um preço a ser pago para se chegar onde uma pequena parcela da humanidade - os vencedores e decodificadores destas palavras - já chegaram. Proponho alguns núcleos de *revisão e previsão* pastoral em torno de práticas alternativas que visam: participação, partilha, protagonismo, priorização e missionariedade macroecumênica.

1. Participação, partilha, protagonismo

O gerenciamento dos serviços pastorais que visa a “Democracia participativa de Deus”, exige a efetiva participação de todos. O próprio Deus, na visão cristã, é comunidade

participativa. Nesta perspectiva, os diferentes centros e serviços pastorais funcionam como cooperativas autogestionárias. Isso nem sempre é fácil, porque na Igreja crescemos numa “cultura” com estruturas patriarcais, tutelas hierárquicas e personalistas que dificultam uma participação adulta de todos. A participação é o desdobramento da *partilha* em todos os níveis institucionais e organizacionais.

Os conflitos fundamentais das sociedades latino-americanas são os macroconflitos da distribuição dos bens raros: capital, trabalho, terra, segurança social, qualidade de vida. Por conseguinte, a partilha significa, hoje, partilha do pão e do trabalho, da terra e das chances de vida, do tempo e do espaço, da palavra e do poder, enquanto serviço. Somente responsabilidades partilhadas em conselhos e estruturas quase sinodais evitam o “funcionalismo” e o “autoritarismo” burocrático. A homeopatia nos ensina que a matéria libera a sua energia curativa na partilha e no movimento. Participação, partilha e serviço, compreendidos como seguimento de Jesus e praticados como exercício diário de enraizamento na “verdadeira alegria” diferenciam nossas organizações pastorais de ONG’s e tornam suas administrações transparentes, auto-avaliativas e leves. Somente estruturas leves e simples farão os pobres se sentirem conosco, em casa, e capazes de assumir a

evangelização como protagonistas. As tecnologias modernas apontam para o "portátil", "light" e "fast", qualidades essenciais para uma Igreja missionária dos pobres.

Nossos centros pastorais, sobretudo as paróquias nas grandes cidades, são freqüentados por muitas pessoas que, efetivamente, não querem assumir nenhum serviço. Procuram um ombro para se encostar, um olhar atento e um ouvido aberto para contar sempre a mesma estória. Andam de paróquia em paróquia, incapazes de dar passos a serviço do outro. São os "piedosos" sitiadores dos nossos centros de pastoral. Às vezes, as próprias estruturas das paróquias favorecem essa "mendicância emocional". Numa Missão entre um determinado povo indígena da Amazônia que milênios de anos viveu "por conta própria" vi, com certo espanto, como na hora do almoço sempre aparecia um grupo de índios pedindo comida aos missionários. Não criamos, muitas vezes, as mendicâncias que depois não sabemos mais como atender? Cada centro de pastoral precisa pensar bem como traçar, corretamente, a linha entre o utilitarismo da razão instrumental, a gratuidade do Evangelho e a urgência da missão. A vida, certamente, é sempre uma conquista. Quem quebra as flechas do índio e

desestimula a autodefesa do outro, baixa sua "imunidade" e não lhe presta nenhum serviço evangélico.

Participação e partilha demonstram ser a condição prévia do *protagonismo* do outro. O protagonismo do outro é um objetivo da missão da Igreja. A expressão "protagonistas de evangelização", consagrada por João Paulo II em sua "Mensagem aos Indígenas", em Santo Domingo (13.10.1992), lembra da responsabilidade evangelizadora que os cristãos têm, a partir de seu batismo. Na visão do Concílio Vaticano II, a missionariedade do Povo de Deus, o sacerdócio comum dos fiéis (*Lumen Gentium* 10ss), precede o sacerdócio ministerial e a constituição hierárquica da Igreja¹⁴.

Para certos ambientes sociais, a inculturação de "agentes de pastoral" encontra barreiras muito grandes. A palavra "agente" lembra, sutilmente, que os destinatários do serviço pastoral poderiam ter um papel mais passivo, poderiam ser "pacientes de pastoral". Quem dos "agentes" e "ministros" que passaram pela formação institucional das nossas Igrejas, ainda é capaz de inculturar-se plenamente no meio do "povo da rua" ou na vida cotidiana de um povo indígena? O "agente", de uma certa maneira, é o *homo faber* da modernidade. Quer enquadrar o outro em

suas fantasias, seus planos e projetos. Os "agentes" têm certa dificuldade profissional de compreender a inculturação como um processo contemplativo e participativo.

A dificuldade da inculturação em ambientes limite aponta para a necessidade de descobrir e incentivar os "missionários natos" de cada povo. Em cada grupo humano, as missionárias e os missionários externos são esperados pelo Evangelizador que o Pai enviou na sua frente e pelos evangelizadores do próprio grupo social, onde se hospedam. Em cada ambiente sócio-cultural Deus suscita protagonistas de evangelização. Isso não significa o fim da missionariedade e da inculturação, mas o fim da missão colonial, assim como o protagonismo dos leigos não significa o fim da Igreja, mas o urgente redimensionamento ministerial da Igreja e de sua potencialidade missionária.

2. Priorização

Num mundo das diversidades dos cenários e das realidades múltiplas, o mais importante para qualquer "investimento" pastoral é determinar prioridades. Estas prioridades pastorais são destinadas a pessoas como indivíduos e grupos sociais. Numa pastoral participativa estas prioridades, normalmente, só podem ser definidas com a comunidade que presta os serviços e com as pessoas às quais se destinam. Por isso, a

participação precede a *priorização* dos serviços. Somente uma pastoral participativa pode, corretamente, determinar suas prioridades. Os serviços pastorais são definidos com o Povo de Deus e não *em lugar* do povo de Deus.

A rigor, também a opção *pelos* pobres e sua evangelização, enquanto opção constitutiva para a Igreja, há de ser concomitantemente uma opção *com* os pobres. Os pobres que vivem enquanto *excluídos na periferia* geográfica e social das nossas sociedades, são o *centro decisório* na pastoral. Agendar com os pobres as prioridades evangélicas da nossa pastoral e avaliar com eles os trabalhos pastorais da Igreja - eis o grande desafio. O "templo" está sempre em perigo de ser tomado por outra clientela. Os que têm terras e capital ociosos se empenham para que também o espaço eclesial seja um espaço ocioso em suas mãos.

A priorização e o planejamento comunitários da pastoral facilitam a continuidade dos serviços. Muitas vezes, o trabalho pastoral sofre transferências abruptas; "lógicas superiores" interferem; dons e humores pessoais e planos exógenos ameaçam metas estabelecidas. Às vezes, a diaconia pastoral tem que ser protegida também frente à estreiteza do horizonte paroquial. A priorização pastoral ajuda frente a estas "fatalidades". Discutir prioridades não é fácil. Aliás, as prioridades de qual-

14 Para isso aponta a estrutura da Constituição *Lumen Gentium* quando coloca "O Povo de Deus" (cap. II), na frente da "Constituição hierárquica da Igreja" (cap. III).

quer pastoral passam sempre pelo livro caixa. Por isso, o orçamento paroquial participativo faz parte da discussão das prioridades. Mas, as tarefas mais nobres e as opções mais heróicas não são realizadas em discussões sem fim e num "democratismo" formal de suspeita e denúncia. Todos os serviços pastorais que querem apontar para a "Democracia participativa de Deus" só podem ser realizados num clima de amizade e confiança, de alegria e transparência. A gestão moderna das instituições reconhece que um *clima* que apoia e estimula a todos causa um impacto grande sobre o *processo* de trabalho. O *clima e a cultura organizacional* - a qualidade de vida das pessoas envolvidas com a instituição - e o *objetivo institucional* são fatores complementares para a gestão das instituições.

O "clima pastoral" é a primeira mensagem que o outro recebe. O relacionamento novo, norteado pelo mandamento maior, é o primeiro serviço que devemos à comunidade pastoral e aos destinatários das pastorais. É verdade que a priorização e operacionalização da pastoral a serviço dos pobres exigem competência, espírito crítico, bom senso e eficácia. Mas não a eficácia da razão meramente instrumental do *homo faber*. Exige a razão complementar da comunidade lúdica, a razão sensível do perdão e da misericórdia, da celebração e da contemplação,

da oração e do louvor, enfim, a razão poética e contemplativa dos peregrinos de Deus. A qualidade do serviço pastoral não é resultado da concorrência eliminatória, mas da doação e partilha da vida até as últimas conseqüências.

3. *Missionariedade macroecumênica*

As palavras-chaves do cristianismo apontam para um deslocamento geográfico, social e teológico: envio, peregrinação, missão, conversão, justiça, reconhecimento da alteridade e opção pelos pobres. Tais deslocamentos permitem nossa aproximação ao mundo dos migrantes, que é não só o mundo dos migrantes do interior para a cidade, de cidade em cidade ou de fábrica em fábrica, mas também dos migrantes ideológicos que perambulam de religião em religião em busca de raízes perdidas. Neste fluxo migratório, nossos centros pastorais não são "porto seguro" ou "ponto de chegada", mas "trailer" adaptado à traseira de um carro de boi. *Leveza e mobilidade* são as características de uma pastoral de acompanhamento.

Se a natureza da Igreja é missionária como o Vaticano II afirma (*Ad Gentes 2*), também a natureza de todos os serviços pastorais no interior desta Igreja é estruturalmente missionária. Nunca prestamos um serviço meramente *ad intra*. O labor pastoral nunca tem só o obje-

tivo de atender a uma "clientela" específica, seja nas paróquias ou nas chamadas pastorais, sem fazer destes destinatários atores e protagonistas da evangelização junto ao seu próprio povo ou grupo social e além das fronteiras de seu grupo. Sem esta dimensão, as pastorais se tornariam autistas e "tribais". A rigor, não existe uma pastoral meramente "paroquial". Defendemos a plenitude da vida de todos e a integridade da vida de cada um, sobretudo dos pobres num mundo "globalizado" e sem fronteiras. O serviço pastoral tem sempre como horizonte o mundo e a humanidade, os confins do mundo e a periferia da humanidade. Por isso a Igreja é "peregrina". Ela realiza sua peregrinação, sua caminhada, numa geografia sem fronteiras e numa história sem privilégios.

O fim do paroquialismo pastoral - que não significa necessariamente o fim das paróquias - representa uma grande abertura para as situações reais das pessoas que vivem, concomitantemente, em mundos muito diferentes. A pastoral não visa a clonagem de seus "modelos" no outro. Esta abertura relativiza fronteiras pastorais e confessionais, regionais e nacionais. A multiculturalidade paroquial faz dos nossos espaços pastorais territórios de diálogo, cooperação e solidariedade. Durante o tempo da ditadura militar, a catedral de São Paulo foi, muitas vezes, caixa de ressonância ecumênica em defesa

de causas populares silenciadas e de direitos humanos negados. Diante das grandes ameaças da humanidade - a questão social, a questão étnica (fundamentalismo, etnocentrismo) e a questão ecológica - precisamos outra vez somar forças, forças macroecumênicas para garantir a sobrevivência da humanidade.

Do sofrimento e das ciências emerge concomitantemente um novo paradigma que nos faz relativizar as oposições excludentes entre sujeito/objeto, espírito/matéria, teologia/ciência, fé/vida, cristão/pagão. O paradigma emergente, no final deste século XX, é o da complementaridade que inclui o *terceiro*. Este paradigma da complementaridade responde ao mundo fragmentado, sem oferecer soluções mágicas. Nós procuramos pastoralmente dar conta deste paradigma no diálogo macroecumênico, no diálogo das confissões e religiões, no diálogo entre as culturas, com os pobres e os diferentes. Não definiremos nossas experiências de vida em oposição ao horizonte da fraternidade universal, mas em termos de variedade e complementaridade pentecostal. O paradigma da complementaridade, porém, não dispensa o "discernimento" e as "opções". Entre o relativismo pluralista do vale-tudo e a voz hegemônica do mais forte, haveremos de procurar o pulso da razão na mão do faminto, do excluído e do desprezado.

VI. LEMBRETES

Para liberar e lembrar os impulsos do amor, no dia-a-dia do trabalho pastoral, procuro resumir estas "Perspectivas Pastorais" em dez "lembretes" que podem ser colados no vidro de nosso "trailer pastoral". São diferentes aspectos do mesmo serviço pastoral que precisam sempre de novo ser discutidos e aprofundados.

1. O trabalho pastoral é articulado por equipes missionárias que zelam por espaços diferenciados de acolhida e de envio.

2. Cada um que procura os "espaços pastorais" é bem-vindo. O pobre é sempre esperado, o outro recebido com amizade, o aflito consolado com carinho. Ninguém chega fora de hora. Nesta prontidão, a equipe missionária vive a vigília pascal.

3. Todos que chegam são convidados para ajudar a melhorar a qualidade do serviço pastoral prestado pela equipe e participar de um processo pastoral em andamento. Os problemas são oportunidades para o crescimento. Os problemas são "bem encaminhados" no momento em que o visitante começa a descobrir sua potencialidade evangelizadora e assumir um serviço comunitário como sua missão.

4. A qualidade do serviço pastoral consiste em proteger a vida em todas as suas dimensões e gerar vida nova, onde a morte passou por perto. Os protagonistas vivem o serviço

de "qualidade total", na doação e celebração eucarística da vida, na partilha dos bens, na simplicidade transparente, na diversidade respeitada e na animação alegre do Espírito. O Espírito Santo, que é o "pai dos pobres", é o protagonista-mor da pastoral missionária.

5. A vida em abundância, que o Evangelho promete, visa a libertação de todos os povos e grupos sociais, a fartura de todas as mesas, um mundo sem fronteiras. A vida mutilada dos pobres e dos excluídos, o menosprezo dos outros e o tratamento "patriarcal" das mulheres em nossa sociedade são indicadores de que o conjunto todo das relações sociais precisa ser mudado.

6. Com a encarnação do Filho de Deus e seu anúncio do ano jubilar como boa nova e ano de graça para os pobres, Deus mudou a "razão social e salvífica" da história. Não é mais Israel em sua particularidade, mas os pobres em sua universalidade que representam o continuar da história da salvação. Os pobres obrigam a romper com o horizonte "parroquial" do mundo.

7. A equipe missionária de pastoral vive na inculturação enquanto "entrada" e "hospedagem" na vida do povo, o seguimento de Jesus. A inculturação microestrutural nos diferentes grupos sociais, a articulação dos diferentes espaços pastorais e a apropriação seletiva da modernida-

de, nos fazem companheiros contemporâneos no acompanhamento e presença estratégica nas mudanças.

8. O trabalho da equipe de pastoral missionária aponta profeticamente para transformações estruturais, sem poder realizá-las. Todas as suas pequenas ações, porém, são expressão de misericórdia e justiça de Deus e tem um valor simbólico e um significado integral (corpo, espírito, mente, alma; indivíduo e coletividade) que anima a caminhada e fortalece a esperança na possibilidade de uma vida plena. A verdade da vida está na transformação e transfiguração diária da morte.

9. A vida nova que articulamos sob a bandeira da "Democracia participativa de Deus" significa participação de todos na mesa da vida e parceria adulta entre Deus e a humanidade. A exclusão social está vinculada à exclusão de Deus, portanto, ao rompimento desta parceria.

10. A caravana popular já saiu dos recantos de escravidão, dos becos da exclusão, dos guetos racistas e das torres machistas que pareciam não ter saídas. Sua caminhada será longa porque sua meta é grande: o reordenamento de uma geografia mundial de convivência na partilha, na solidariedade e na diversidade. Acompanhar esta caravana nos retrocessos, nos desesperos e, também, nos avanços faz parte do seguimento de Jesus. É a experiência pascal contextualizada.

O Pe. Dr. Paulo Suess é professor titular e Coordenador da área de Missiologia no Departamento de pós graduação da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção
End.: Cx. Postal 46023
04046-970 São Paulo - SP